

Em uma pequena nota, uma grande maledicência.

Com relação à nota intitulada "Estatais", publicada na coluna do jornalista Lauro Jardim do O Globo, nesse final de semana, a relaciona o auxílio emergencial pago durante a pandemia com a bolsa/auxílio educação concedido pelas estatais, citando a Eletrobras, a AEEL e as demais Entidades de Representação dos trabalhadores e trabalhadoras da Eletrobras, apresentam alguns esclarecimentos:

- I. Os trabalhadores das empresas estatais citadas, assim como o colunista, são contribuintes e também estão colaborando com o pagamento do referido auxílio emergencial, medida acertada e adotada por vários países do mundo;
- II. Auxílio-educação, assim como uma série de pagamentos por parte de empresas públicas e privadas, não é, de fato, auxílio, muito menos benefício. Essas denominações são escolhidas com muito cuidado pelo próprio empregador, porque têm como pano de fundo os benefícios fiscais advindos desses pagamentos, que entram como despesas e favorecendo o empregador. A concessão de "benefícios" é uma prática comum adotada pelas empresas, sejam elas públicas e privadas, e são frutos de acordos coletivos de trabalho, firmados através de negociações trabalhistas transparentes e muitas vezes selados em mediações na Justiça do Trabalho;
- III. Boa parcela da economia funciona com base nos benefícios pagos pelas empresas a seus empregados, o que contribui na geração de empregos;
- IV. Que desde o início da pandemia do COVID-19, a Eletrobras e suas empresas não pararam de funcionar e continuam gerando e transmitindo energia limpa, segura e barata para o sistema;
- V. Que mesmo com riscos de contaminação pelo coronavírus, os engenheiros, operadores e pessoal técnico e de apoio estão trabalhando para manter as usinas, subestações e linhas de transmissão em pleno funcionamento. Como grandes blocos de energia ainda não podem ser armazenados, as operações acontecem sem parar 24 horas por dia, durante 365 dias do ano.
- VI. Que é com essa energia, produzida com muito trabalho e dedicação, que a Eletrobras e suas empresas atendem, permanentemente, a toda sociedade brasileira.

O que mais causou estranheza não foi a matéria em si, mas sim a rapidez e presteza da gestão Wilson Ferreira Pinto Junior em fornecer informações à imprensa, uma vez que quando são solicitadas informações e questionamentos das entidades sindicais usam de subterfúgios para, em detrimento da Lei de Acesso à Informação, negar informações. Manifesta-se mais uma vez a clara intenção de, a qualquer custo, depreciar e expor trabalhadores e trabalhadoras da Eletrobras, para dar prosseguimento ao plano de entrega da Empresa, um patrimônio com ativos estimados em mais de 300 bilhões, a preço de uma "bala Juquinha e um pirulito zorro".

Seria interessante ver o posicionamento público da direção da Eletrobras sobre a nota.

Finalizando, gostaríamos de convidar o colunista a conhecer uma das plantas produtoras de energia elétrica do Sistema Eletrobras e se possível fazer uma matéria sobre a rotina operacional numa usina, subestação ou Linha de Transmissão durante a pandemia e os riscos de contaminação por coronavírus, além da essencialidade do serviço da energia elétrica neste contexto de crise sanitária da COVID-19.

Compartilhem este informe com os colegas!

Juntos somos mais fortes!

ASSOCIE-SE A AEEL ([clique aqui](#)) OU AO SINDICATO DE CLASSE ([links nas logos abaixo](#))

A Diretoria, em 13 de julho de 2020.
Associação dos Empregados da Eletrobras – AEEL

